



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

**COMITÊ GESTOR REGIONAL ORÇAMENTÁRIO E DE GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA
NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO**

PLANO DE AÇÃO

**COMITÊ GESTOR REGIONAL ORÇAMENTÁRIO E DE GESTÃO E
IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO
PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

COMITÊ GESTOR REGIONAL ORÇAMENTÁRIO E DE GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA
NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê Gestor Regional Orçamentário e de Gestão e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição apresenta o **Plano de Ação** para alcançar os objetivos elencados nas Resoluções 194 e 195/2014, do Conselho Nacional de Justiça.

O objetivo principal do Comitê é desenvolver, em caráter permanente, iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade, da eficiência, da eficácia e da efetividade dos serviços judiciais da primeira instância.

As atribuições do Comitê são:

- I – fomentar, coordenar e implementar os programas, projetos e ações vinculados à Política;
- II – atuar na interlocução com o CNJ, a Rede de Priorização do Primeiro Grau e as instituições parceiras, compartilhando iniciativas, dificuldades, aprendizados e resultados;
- III – interagir permanentemente com o representante do tribunal na Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e com a comissão e/ou unidade responsável pela execução do Plano Estratégico;
- IV – promover reuniões, encontros e eventos para desenvolvimento dos trabalhos;
- V – monitorar, avaliar e divulgar os resultados alcançados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

COMITÊ GESTOR REGIONAL ORÇAMENTÁRIO E DE GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

2. MEMBROS DO COMITÊ:

Dra. Maria Eunice Torres do Nascimento, Juíza de Direito titular da 9ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho, Coordenadora indicada pela Presidência deste Poder.

Dr. Dídimio Santana Barros Filho, 1º Presidente, Juiz de Direito titular da 5ª Vara de Família, membro inscrito para eleição e indicado pela Presidência deste Poder.

Dra. Andréa Jane Silva de Medeiros, 2ª Presidente, Juíza de Direito titular da 5ª Vara Criminal, membro inscrito para eleição e eleito por votação como membro titular.

Dr. Fabio Lopes Alfaia, Juiz de Direito titular da Comarca de Barcelos-AM, membro inscrito para eleição e eleito por votação como suplente.

Dr. Ana Maria de Oliveira Diógenes, Juíza de Direito titular da 2ª Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal, indicada pela Associação dos Magistrados do Amazonas – AMAZON.

Sr. Adriano Luiz do Vale Soares, 1º Secretário, Analista Judiciário I, lotado na Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Fórum Henoch Reis, membro inscrito para eleição e eleito por votação como membro titular.

Sr. Fausto Araújo Nunes de Almeida, 2º Secretário, Analista Judiciário I, lotado na 3ª Contadoria do Fórum Henoch Reis, membro inscrito para eleição e indicado pela Presidência deste Poder.

Sr. Luiz Francisco Belém Costa, 3º Secretário, Analista Judiciário I, lotado na Divisão de Planejamento e Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Amazonas, membro indicado pela Presidência deste Poder.

Sr. Maximiano dos Santos Rodrigues, Analista Judiciário I, lotado na 6ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho, membro inscrito para eleição e eleito por votação como suplente.

Sr. Gregório dos Santos Cavalcante, Escrivão, lotado no Juizado da Infância e Juventude Cível, indicado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Justiça do Estado do Amazonas – SINTJAM.

Sra. Rosineide Melo Roldão, Diretora da Divisão de Orçamento e Finanças do Tribunal de Justiça do Amazonas, membro indicado pela Presidência deste Poder.

3. PLANO DE AÇÃO

3.1. Ações sugeridas após reunião com os setores: Escola de Aperfeiçoamento do Servidor, Divisão de Gestão de Pessoas, Divisão de Qualidade e Secretaria Geral de Administração

Objetivo – o que fazer	Estratégia – como fazer	Recursos Necessários – com o que faremos	Cronograma – quando fazer		Responsável – quem irá fazer	Status
			Início	Fim		
Equalizar a força de trabalho nas varas e juizados com maior deficiência de pessoal, adequando a quantidade de servidores e estagiários aos processos das varas e juizados para o efetivo cumprimento da meta 3.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Analisar a produtividade de cada vara/setor e o número de servidores e estagiários lotados tanto no 1º quanto no 2º grau, incluindo os setores administrativos, para equalização do quadro de pessoal. 2. Criação de vagas para o primeiro grau de jurisdição, tanto para servidores quanto magistrados, conforme relatório da Divisão de Gestão de Pessoas. 	O relatório de lotação entregue pela Divisão de Gestão de Pessoas mostra a equalização atual da força de trabalho em setores administrativos com grande número de servidores, e varas e juizados do primeiro grau de jurisdição com deficiência de pessoal.	2015	2020	Escola de Aperfeiçoamento do Servidor e Divisão de Gestão de Pessoas	Curto Prazo e atividade contínua e permanente
Realizar concurso para servidores efetivos em todas as sub-regiões.			2015	2016	Escola de Aperfeiçoamento do Servidor, com apoio da Divisão de Gestão de Pessoas	Médio Prazo
Criar política de treinamentos/capacitação dos servidores, de acordo com as áreas de competências, incluindo no plano orçamentário a estimativa anual do investimento, dando preferência a treinamentos “in-company”, onde atingirá um	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantação de treinamentos continuados dos sistemas judiciários da capital e interior, tanto pros novos servidores quanto para os servidores efetivados. 2. Utilização dos recursos disponíveis (auditório com capacidade para 500 pessoas) para firmar convênios com 		2015	2020	Escola de Aperfeiçoamento do Servidor com apoio da Divisão de Contratos e Divisão de Orçamento e Finanças	Médio e Longo Prazo

Objetivo – o que fazer	Estratégia – como fazer	Recursos Necessários – com o que faremos	Cronograma – quando fazer		Responsável – quem irá fazer	Status
			Início	Fim		
maior número de servidores e reduzirá os custos com diárias e passagens aéreas. (Recomendação do CNJ para realizar a capacitação por competências)	empresas e instituições de capacitação e realizar eventos em nível nacional/regional, fornecendo a infraestrutura e em troca recebendo os treinamentos aos servidores do Poder Judiciário.					
Implementar ações de valorização do servidor, quanto à produtividade e a otimização para ofertá-los cursos de especialização Latu-Sensu.	Firmar convênios com instituições de ensino Latu e Strictu Sensu, para garantir capacitação dos servidores efetivos nas áreas de atuação do primeiro grau de jurisdição, administrativa, gestão pública e orçamentária.		2015	2020	Escola de Aperfeiçoamento do Servidor, Escola Superior da Magistratura e Divisão de Contratos	Médio Prazo e atividade contínua e permanente
Dinamizar a progressão horizontal e vertical dos servidores quando completado seu tempo efetivo no serviço público.	Implementar mecanismos de avaliação do trabalho do servidor com antecedência ao tempo de serviço, para progressão horizontal e vertical de forma automática. Realizar o levantamento do número de vagas disponíveis para a alteração da lei que determina o número de vagas por critério de progressão	Atualização das vagas disponíveis para a progressão funcional.	2015	2016	Divisão de Gestão de Pessoas.	Médio Prazo
Padronizar os procedimentos ordinários das varas cíveis da capital	Utilizar os modelos de padronização ordinária da 2ª vara cível e acidentes do trabalho, em equipe multidisciplinar com membros das varas cíveis, apoiados pela Divisão de Qualidade		2015	2016	Equipe multidisciplinar das Varas Cíveis e Divisão de Qualidade	Médio Prazo
Disponibilizar assistentes sociais e psicólogas aos Juizados da Infância e Juventude Cível e Infracional, Núcleo de Conciliação das Varas de Família, Setor Psicossocial Forense, Vara de Medidas e Penas Alternativas,	Sugestão 1: Aproveitar servidores efetivos formados nas áreas de Serviço Social e Psicologia, atribuindo a Função de Gratificação GFS-2, estabelecendo critérios de produtividade para a referida remuneração, o que solucionará os problemas de demanda dos	1- Aumento de quantitativo da função de gratificação GFS-2 ou	2015	2016	Divisão de Gestão de Pessoas e Secretaria Geral de Administração	Médio Prazo

Objetivo – o que fazer	Estratégia – como fazer	Recursos Necessários – com o que faremos	Cronograma – quando fazer		Responsável – quem irá fazer	Status
			Início	Fim		
Varas de Violência Doméstica Contra a Mulher, contra dignidade sexual de crianças e adolescentes e demais setores que necessitam de apoio psicossocial.	profissionais, tornando mais céleres os processos e monitorando com efetividade as medidas socioeducativas. Esta estratégia busca reduzir o custo orçamentário da folha de pagamento, caso o Tribunal opte por nomear profissionais de nível superior aprovados em concurso público. Sugestão 2: Realizar concurso público para o provimento de cargos de nível superior com formação em Serviço Social e Psicologia.	2- realizar concurso público				
Disponibilizar assistentes sociais e psicólogas às Comarcas do Interior	Firmar convênios com órgãos do Governo e Prefeituras Municipais para prover o atendimento às demandas dos Municípios do Estado do Amazonas.		2015	2016	Magistrados do Interior e Presidência do Tribunal de Justiça	Médio e Longo Prazo

3.2. Ações sugeridas após reunião com os setores: Divisão de Engenharia, Divisão de Infraestrutura e Logística e Divisão de Patrimônio e Material

Objetivo – o que fazer	Estratégia – como fazer	Recursos Necessários – com o que faremos	Cronograma – quando fazer		Responsável – quem irá fazer	Status
			Início	Fim		
Melhorar a estrutura de atendimento dos setores e varas da Capital	1. Construção do Fórum Cível e Edifício garagem na área de estacionamento do Fórum Henocho Reis, através de abertura de procedimento licitatório, conforme autuado processo administrativo TJ/AM nº 2014/22988, em outubro de 2014, pela Divisão de Engenharia deste Poder. 2. Construção de restaurante anexo ao Fórum Henocho Reis, para atendimento de magistrados, servidores e demais colaboradores, através de abertura de procedimento licitatório, conforme autuado processo administrativo TJ/AM nº 2014/21150, em outubro de 2014, pela Divisão de Engenharia deste Poder.	Recursos financeiros estimados em R\$ 29.567.373,04 (Fórum Cível e Ed. Garagem) e R\$ 880.811,50 (restaurante)	2015	2017	Divisão de Engenharia	Longo Prazo
Melhoria da estrutura física e de conservação e limpeza das comarcas no Interior	1. A Divisão de Engenharia deve programar visitas às Comarcas e priorizar as mais precárias, afim de estimar uma programação de obras de reforma e novas construções. 2. Contratar serviços de manutenção e limpeza para as comarcas do interior	Recursos financeiros a estimar, conforme necessidades de reforma e construção.	2015	2020	Divisão de Engenharia	Médio (reformas e conservação) e Longo Prazo (construções)
Padronização de envio de materiais de expediente e equipamentos às comarcas do Interior	Firmar convênio com empresas de transporte ou Correios para envio do material de expediente às comarcas do Interior, similar à sistemática executada por outros Órgãos que também funcionam nos municípios, como o Tribunal Regional Eleitoral - TRE.		2015	2016	Divisão de Contratos e Convênios Divisão de Patrimônio e Material	Médio Prazo

3.3. Ações sugeridas após reunião com os setores: Divisão de Tecnologia de Informação e Núcleo de Estatística da Corregedoria Geral de Justiça

Objetivo – o que fazer	Estratégia – como fazer	Recursos Necessários – com o que faremos	Cronograma – quando fazer		Responsável – quem irá fazer	Status
			Início	Fim		
<p>1. Garantir alta disponibilidade da comunicação entre as comarcas da Capital e dos serviços e sistemas judiciais essenciais, como o petição eletrônico e a consulta processual.</p> <p>2. Melhorar a infraestrutura de telecomunicações das comarcas do Interior.</p>	<p>1. Integração do Tribunal de Justiça à rede de fibra óptica Metropolitana – METROMAO, com vistas à redução de custos contratuais permanentes e contínuos com empresas de telecomunicações que provêm atualmente esta infraestrutura.</p> <p>2. Para as comarcas do interior, firmar convênio com as empresas responsáveis pelo gasoduto Coari-Manaus - PRODAM e PETROBRÁS - para utilizar a rede de comunicação de fibra óptica que atende algumas comarcas do Estado, como Tefé e Coari.</p> <p>3. Ainda para as comarcas do interior que não puderem utilizar a infraestrutura do gasoduto, verificar o custo de contratação de link de dados e comparar aos investimentos necessários para melhoria da conectividade através da estrutura atualmente utilizada, que é do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM.</p>		2015	2016	Divisão de Tecnologia da Informação	Médio e Longo Prazo.
Automatizar o trâmite de inquéritos policiais e TCO (Termos Circunstanciados de Ocorrências),	1. Integrar ações e diretrizes entre os Poderes Judiciário e Executivo, através da Polícia Civil - Delegacia Geral, o Ministério Público Estadual, com a participação dos seus órgãos - Corregedoria Geral de Justiça e do Procurador Geral de Justiça.		2015	2015	Divisão de Tecnologia da Informação; Ministério Público	Médio Prazo.

Objetivo – o que fazer	Estratégia – como fazer	Recursos Necessários – com o que faremos	Cronograma – quando fazer		Responsável – quem irá fazer	Status
			Início	Fim		
	2. Integrar as ações deliberadas ao Sistema de Automação do Judiciário.				Estadual; Delegacia Geral de Polícia Civil.	
Integração entre o Poder Judiciário e os complexos penitenciários	1. Integrar a rede do Judiciário aos complexos penitenciários, através de anel de fibra óptica ou outros meios de comunicação, visando automatizar o acesso aos procedimentos judiciais e deliberação de ações nos complexos penitenciários com maior celeridade.		2015	2017	Divisão de Tecnologia da Informação; Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS.	Médio e Longo Prazo.
Prover meios de recuperação automática e segura dos processos digitais, tanto judiciais quanto administrativos.	1. Treinamento prático e “in-company” aos servidores efetivos da estrutura de cópia e recuperação de desastre instalada no Tribunal de Justiça, com vistas a não descontinuar as atividades e causar problemas irreversíveis de informações processuais.		2015	2016	Divisão de Tecnologia da Informação	Curto Prazo
Gravação de Audiências	1. Após ação de otimização dos recursos dos servidores de dados e recuperação de desastres, verificar quais recursos são necessários para armazenamento das gravações, se em servidores que compartilham os dados dos processos judiciais ou em servidores dedicados a esta finalidade.		2015	2016	Divisão de Tecnologia da Informação	Médio Prazo
Priorizar os processos pendentes das comarcas do interior.	1. Retomada do grupo de trabalho da Assessoria Virtual, com o máximo de 6 (seis) colaboradores, que exerçam a função de Assessor de Juiz (AJEF), para		2015	2016	Corregedoria Geral de Justiça do TJ	Curto e Médio Prazo

Objetivo – o que fazer	Estratégia – como fazer	Recursos Necessários – com o que faremos	Cronograma – quando fazer		Responsável – quem irá fazer	Status
			Início	Fim		
	<p>assessorar as comarcas do Interior que apresentam maior necessidade de apoio para a celeridade de seus processos.</p> <p>2. Retomada do pagamento de gratificação para os colaboradores que integrarão o grupo de trabalho, vinculado à produtividade mensal.</p> <p>Solicitação feita à Presidência deste Poder, conforme processo administrativo TJ/AM 2014/29046.</p>					

3.4. Ações sugeridas após reunião com os setores: Divisão de Planejamento e Gestão Estratégica e Divisão de Orçamento e Finanças

Objetivo – o que fazer	Estratégia – como fazer	Recursos Necessários – com o que faremos	Cronograma – quando fazer		Responsável – quem irá fazer	Status
			Início	Fim		
Priorizar processos judiciais que tratam de Previdência e Execução Fiscal nas comarcas do Interior	Estabelecimento de metas para as comarcas do interior que priorizem os referidos processos.		2015	2015	Planejamento Estratégico	Médio Prazo
Garantir a efetividade dos resultados que devem ser alcançados pelo primeiro grau de jurisdição	Para o exercício de 2015-2010, priorização aos planos de ação que tragam resultados efetivos ao 1º Grau de Jurisdição.		2015	2010	Planejamento Estratégico	Médio e Longo Prazo
Cumprir as metas do CNJ para 2015	Desenvolver trabalhos para o cumprimento das metas do CNJ para 2015, incluindo a Meta 3.		2015	2015	Gestão de Pessoas e Planejamento Estratégico	Médio Prazo
Otimizar e promover as boas práticas do Poder Judiciário	Enfatizar aos magistrados e demais setores que apresentem projetos de boas práticas, para que sejam catalogados, a fim de dar celeridade aos processos.		2015	2016	Divisão de Engenharia	Médio Prazo
Garantir celeridade na execução dos mandados judiciais	1. Melhorar o espaço físico da Central de Mandados, localizada no Fórum Ministro Henoch Reis. 2. Disponibilizar certificação digital a todos os oficiais de justiça, para acesso integrado ao sistema de automação do judiciário.		2015	2016	Divisão de Tecnologia da Informação	Médio Prazo

3.5. Ações sugeridas após reunião com os setores: Vara Especializada em Crimes Contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes e Núcleo de Conciliação das Varas de Família e Plantões Judiciais do 1º Grau

Objetivo – o que fazer	Estratégia – como fazer e justificativas	Recursos Necessários – com o que faremos	Cronograma – quando fazer		Responsável – quem irá fazer	Staus
			Início	Fim		
Agilizar tramitação de processos judiciais	1. Solicitar à Presidência elaboração de Ato Normativo para a padronização do uso do AR Digital. Solicitação feita conforme processo administrativo TJ/AM nº 2014/23942, autuado em 10/10/2014. 2. Recomendar a todas as varas e setores judiciais a utilização do AR Digital nas comunicações processuais.		2014	2015	Divisão de Contratos e Convênios (impacta no custo do contrato)	Curto Prazo
Priorizar o Pólo Avançado do Núcleo de Conciliação das Varas de Família	1. Regularizar o convênio já existente e em funcionamento entre este Poder e a Universidade Federal do Amazonas, que mantém os custos de funcionamento do Pólo Avançado, no que concerne à infraestrutura de transporte, predial e recursos humanos. O projeto possui a média de atendimento de 300 (trezentos) processos mensal, com solução de aproximadamente 90% (noventa por cento) dos conflitos. O Comitê solicitou esta regularização através do processo administrativo TJ/AM nº 2014/24244, no dia 14/10/2014, e o processo está na Divisão de Contratos e Convênios.		2014	2015	Divisão de Contratos e Convênios (não há custo)	Curto Prazo
Garantir a justiça gratuita e a maior celeridade processual às vítimas da Vara Especializada em Crimes Contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes.	1. Solicitar designação de Defensor Público permanente para a Vara		2014	2015	Tribunal de Justiça do Amazonas e Defensoria Pública	Médio Prazo

Objetivo – o que fazer	Estratégia – como fazer e justificativas	Recursos Necessários – com o que faremos	Cronograma – quando fazer		Responsável – quem irá fazer	Staus
			Início	Fim		
Priorizar e ampliar o Centro Judiciário de Conflitos e Cidadania – CEJUSCON, evitando o aumento de processos judiciais nas varas da Capital que podem ser solucionados através desta iniciativa.	1. Equalização da força de trabalho que atua na segunda instância, com formação em Direito, atualmente lotados em áreas administrativas, para os setores que necessitam de priorização no primeiro grau de jurisdição.		2015	2016	Divisão de Gestão de Pessoas Divisão de Engenharia Divisão de Tecnologia da Informação	Curto e Médio Prazo
Aumentar os recursos financeiros para adequação das necessidades de atenção ao primeiro grau de jurisdição.	1. Implantar formas de captação de recursos de forma sistemáticas nas varas de Fazenda Pública, onde foi sugerido estudar uma forma de integrar a cobrança de custas com os tributos.		2015	2016	Varas de Fazenda Pública Contadorias	Médio Prazo
Priorizar a gestão técnica e operacional das unidades da Capital e Interior	1. Nomear, como diretores dos Fóruns e Coordenadores das Varas Cíveis, Criminais, de Família, Fazenda Pública e demais especialidades os magistrados de primeira instância, especificamente atuando dentro de cada área. 1. Nomear, como coordenador operacional dos sistemas que atendem as comarcas do interior, magistrado que atue nas referidas comarcas, pois já é conhecedor das dificuldades e peculiaridades do Estado do Amazonas, que a difere dos demais Estados da Federação.		2015	2016	Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas	Médio Prazo
Atualizar a remuneração dos servidores que realizam o plantão judicial, igualando com o valor pago pelo Ministério Público Estadual	O valor pago atualmente aos servidores que realizam o plantão judicial é de R\$500,00 (bruto) que, descontados da maioria dos servidores o valor de 27,5% de alíquota de Imposto de Renda, obtém-se o valor líquido de R\$ 362,50. Vale ressaltar as seguintes considerações: 1. a carga horária trabalhada no plantão é de 40 horas, compreendendo de segunda a sexta-feira de 14 às 18h e aos		2015	2016	Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas	Médio Prazo

Objetivo – o que fazer	Estratégia – como fazer e justificativas	Recursos Necessários – com o que faremos	Cronograma – quando fazer		Responsável – quem irá fazer	Staus
			Início	Fim		
	<p>sábados e domingos de 8 às 18h.</p> <p>2. As horas adicionais trabalhadas de segunda a sexta-feira devem ter adicional de 50 % sobre o valor pago da hora normal trabalhada.</p> <p>3. As horas adicionais trabalhadas aos sábados, domingos e, eventualmente nos feriados devem ter adicional de 100% sobre o valor pago da hora normal trabalhada.</p> <p>4. O valor de R\$500,00 pago atualmente pelo plantão judicial representa um valor fixo de R\$12,50 a hora trabalhada, sendo incompatível com o valor da hora de trabalho que, para o Analista Judiciário, é de R\$53,20, ou o valor da hora de trabalho do Assistente Judiciário, que é de R\$ 24,52.</p> <p>5. Considerando as 40 horas semanais e 20 horas trabalhadas aos sábados e domingos, o Analista Judiciário receberia aproximadamente R\$3.724,45, e o Assistente Judiciário o valor de R\$ 1.716,58.</p> <p>Adotando critérios de proporcionalidade e atendimento igualitário a todos os servidores, sugere-se que o valor do Plantão Judicial seja equiparado ao pago pelo Ministério Público Estadual, que é de R\$1.240,00.</p>					

3.6. Ações sugeridas após reunião com os setores: Setor de Distribuição Processual do 1º Grau e Juizados de Violência Doméstica Contra a Mulher

Objetivo – o que fazer	Estratégia – como fazer	Recursos Necessários – com o que faremos	Cronograma – quando fazer		Responsável – quem irá fazer	Staus
			Início	Fim		
Automatizar o recebimento dos Termos Circunstanciados de Ocorrências - TCO	Criar procedimento para encaminhamento de TCO – Termos Circunstanciados de Ocorrências		2015	2015	Delegacia Geral de Polícia Civil Divisão de Tecnologia da Informação Divisão de Qualidade	Médio Prazo
Envio dos inquéritos policiais em formato digital e padronizado	Solicitar que os inquéritos policiais sejam encaminhados de forma digital		2015	2015	Delegacia Geral de Polícia Civil Divisão de Tecnologia da Informação Divisão de Qualidade	Médio Prazo
Unificar todos os procedimentos de recebimentos de cartas precatórias			2015	2015	Vara de Registros Públicos e Precatórias Divisão de Tecnologia da Informação	Médio Prazo
Garantir celeridade nos juizados de violência doméstica contra a mulher	Aumento do quadro dos servidores, com mais 6 servidores e 1 assessor no 2º Juizado Violência Contra Mulher, através da equalização da força de trabalho estabelecida na Meta 3.		2015	2015	Divisão de Gestão de Pessoas	Médio Prazo

Objetivo – o que fazer	Estratégia – como fazer	Recursos Necessários – com o que faremos	Cronograma – quando fazer		Responsável – quem irá fazer	Staus
			Início	Fim		
Garantir infraestrutura adequada ao Fórum Azarias Menescal de Vasconcelos, na Zona Leste de Manaus.	Melhoria da estrutura física do Fórum que possui 1 Juizado Especial Criminal, 3 Juizados Especiais Cíveis, 1 Vara de Família, 1 Juizado de Violência Doméstica contra a mulher, tendo cedido o espaço onde funcionava o auditório para a infraestrutura da Defensoria Pública atuar no referido Fórum.		2015	2015	Divisão de Engenharia	Médio Prazo

3.7. Ações sugeridas após reunião com os setores: Juizado da Infância e Juventude Criminal

Objetivo – o que fazer	Estratégia – como fazer	Recursos Necessários – com o que faremos	Cronograma – quando fazer		Responsável – quem irá fazer	Status
			Início	Fim		
Ampliar os serviços judiciais na área da Infância e Juventude Criminal	1. Criar outra Vara do Juizado da Infância e da Juventude Criminal (JIJ Criminal) na Zona Leste.		2015	2016	Presidência do Tribunal de Justiça	Médio Prazo
	2. Reformar o Prédio do JIJ Criminal atualmente em funcionamento.		2015	2015	Divisão de Engenharia	Médio Prazo
	3. Disponibilizar veículo para atendimento das necessidades do Viatura para o JIJ Criminal		2015	2015	Central de Transportes	Médio Prazo
	4. Adotar política de remuneração aos servidores que realizam fiscalizações e operações noturnas				Presidência do Tribunal de Justiça	Médio Prazo
	5. Alterar portaria que regulamenta as blitz, dando autonomia ao magistrado para realizar as blitz sem informações prévias que violem o sigilo das informações para execução dos serviços.		2015	2015	Secretaria Geral de Administração	Médio Prazo
	6. Solicitar à Presidência a realização de mutirão para dar celeridade aos processos em andamento.		2015	2015	Presidência do Tribunal de Justiça	Curto Prazo